

Patrick Fernandes Lopes<sup>1</sup>  
João Marcos Caixeta Franco<sup>2</sup>  
Luiz Gonzaga de Castro Júnior<sup>3</sup>  
Antônio Carlos dos Santos<sup>4</sup>  
Mônica Carvalho Alves Cappelle<sup>5</sup>

## *O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar*

### **Introdução**

A relevância da agricultura familiar não se limita a uma questão ideológica ou à simples produção de alimentos. A geração de empregos e renda no campo e a capacidade de gerar efeitos a jusante e a montante fazem da agricultura como um todo, e em especial da agricultura familiar, setor de grande importância na economia. Além disso, é importante ressaltarmos que a agricultura de base familiar representa mais de 90% dos estabelecimentos rurais brasileiros e ocupa 60% da área total. Entre os estabelecimentos familiares, aqueles que empregam exclusivamente a mão de obra do produtor e seus parentes são majoritários (3,5 milhões de estabelecimentos, cerca de 2/3 do total) (BIANCHINI, 2010). Sendo assim, o direcionamento de políticas públicas adequadas sempre foi um desafio no Brasil.

Apesar dessa importância, a agricultura familiar, hoje reconhecida como categoria social e de ação política no debate acadêmico e nas políticas públicas, durante muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural. Frequentemente, usava-se a expressão “pequenos produtores” para descrever esta categoria que tinha o seu

---

<sup>1</sup> Doutorando em administração da Universidade Federal de Lavra (Ufla) e pesquisador da Universidade Corporativa Banco do Brasil (Unibb). E-mail: prof.patricklopes@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando em administração da Universidade Federal de Lavras e Professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal). E-mail: joaomcfranco@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em economia aplicada pela Esalq/USP e professor da Ufla. E-mail: gonzaga.ufla@gmail.com.

<sup>4</sup> Doutor em administração pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Ufla. E-mail: acsantos@dae.ufla.br.

<sup>5</sup> Doutora em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora da Ufla. E-mail: edmo@dae.ufla.br.

futuro marcado pela eliminação, cedendo lugar às empresas agropecuárias, no processo de modernização capitalista.

Nesse sentido, o projeto para o meio rural brasileiro, sob o enfoque da industrialização da agricultura, promoveu uma proletarização rural, fatochave para a dinâmica de acumulação capitalista no campo. Com a perda da função de produzir alimentos, o produtor rural que não se atrela às cadeias verticais de integração com a agroindústria é forçado a deixar sua propriedade para vender sua força de trabalho, seja em tempo total ou parcial, em outras esferas do mercado capitalista.

Entretanto, a partir da década de 1990, o sindicalismo rural indica a opção por um novo modelo de desenvolvimento rural com vistas à agricultura familiar, contrapondo-se ao regime de trabalho assalariado que prioriza a agricultura patronal. A articulação sindical em torno da agricultura familiar promoveu discussões de pautas de reivindicações com o Governo Federal alcançando, em certa medida, os seus objetivos. Essas ações em busca de um novo modelo apresentaram alternativas para melhorar a qualidade de vida, as condições de trabalho e a organização social dos agricultores. Neste sentido, contribuíram para as conquistas e para a afirmação da categoria dos trabalhadores na agricultura familiar (LIZANDRA, 2006).

Assim, as políticas públicas passam a incorporar objetivos de fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, compreender quais as racionalidades existentes nessas políticas é fundamental para que se entenda o que tais políticas consideram como desenvolvimento.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo efetuar uma análise sobre as origens do Programa de Agricultura Familiar (Pronaf) do Brasil e sobre as racionalidades existentes no conceito de agricultura familiar, que podem ser de tendência funcionalista ou substantiva. Acredita-se que a racionalidade funcionalista possui forte influência no Programa de Agricultura Familiar, mas que possam existir outras.

Nas próximas sessões será apresentada uma definição sobre agricultura familiar e sobre as origens do Programa de Agricultura Familiar no Brasil. Posteriormente, é efetuada uma ampla revisão bibliográfica que buscou identificar as racionalidades existentes no Pronaf. Depois disso, é realizada uma discussão sobre essas racionalidades e o conceito de desenvolvimento. Finalmente, são apresentadas as conclusões do trabalho.

### **A definição da categoria “agricultura familiar”**

O modo de vida dos colonos no início do século passado baseava-se, fundamentalmente, em uma forma de produzir e de sociabilidade

particular das áreas coloniais, caracterizando o que chama de sistema agrícola colonial. Em função das condições em que se instalavam as famílias, a forma de produzir alicerçava-se sobre a propriedade da terra, a produção para subsistência e as trocas econômicas locais. Assim, era praticada uma agricultura baseada no corte e na queima da mata e que tinha como culturas principais o milho, o feijão-preto, a abóbora, a mandioca e o tabaco e a produção da banha de porco, complementadas pela extração de madeira e de erva-mate (CASARI, 2006).

Entretanto, no processo de modernização da agricultura, alguns autores começaram a estratificar três grupos de agricultores: a) os altamente modernizados e ligados diretamente à estrutura de produção agroindustrial; b) os agricultores altamente capitalizados e modernizados, que não dependem diretamente das agroindústrias e produzem em grandes extensões de terras; e c) os agricultores excluídos desse processo de integração com as agroindústrias e altamente dependentes dos programas estatais de estímulo à produção agropecuária.

Apesar disso, autores como Zaar (2011) e Veiga (2001) propõem outra divisão para os agricultores brasileiros, do seguinte modo: os granjeiros (fazendeiros) ou latifundiários proprietários de grandes áreas de terras; os pequenos agricultores ou minifundiários, proprietários de áreas de terra até 100 ha; e os sem-terra.

Nesse sentido, na categoria dos pequenos agricultores estão relacionados aqueles que são parceiros ou sócios em minifúndios. Na categoria dos sem-terra, estão incluídos os agricultores ou seus filhos, que foram expulsos de suas terras ou faliram com a introdução das novas técnicas de produção e a falta de subsídios estatais. Essa situação teve forte impacto na ocupação da mão de obra na agricultura. Consequentemente, os ciclos produtivos da agricultura brasileira, mais que mudar o perfil de produtividade das áreas agrícolas, mudaram também o perfil social dos agricultores.

Além disso, o espaço agrário brasileiro também passou por inúmeras metamorfoses, com significativos efeitos sobre suas funções e conteúdos. Essas mudanças estão atreladas ao projeto de modernização do território, mais especificamente à modernização da estrutura produtiva do campo, que se constituiu num processo desigual de expansão do capital entre produtores e regiões (MOTA e SCHMITZ, 2008). Desigualdade que provocou uma situação de vulnerabilidade para muitos produtores.

Neste sentido, visando amparar esse grupo de agricultores mais vulneráveis, ou seja, os pequenos e os sem terra, surgiu o Programa Nacional de Valorização da Pequena Produção Rural, Provap, sendo esta a primeira política econômica de maior importância para atendimento do

agricultor familiar. Nesse programa, os critérios para a caracterização da agricultura familiar se referenciam no estudo FAO/Incrá de 1994 que definiam a agricultura familiar e patronal.

O agricultor familiar era caracterizado como aquele que possuía gestão familiar do seu estabelecimento, os investimentos deviam ser realizados por pessoas com laços de sangue ou casamento, a maior parte do trabalho deveria ser executado por membros da família, os meios de produção deveriam pertencer à família e a posse da terra deveria ser transmitida a ela por ocasião do falecimento dele (SILVA, 2006).

Ainda na busca de uma definição para esse agricultor, Wanderley (1996), citado por Bianchini (2010), defende que a agricultura familiar, independente do grau de integração ao mercado e do nível de capitalização, utilizadora de sistemas mais ou menos intensivo, mantém traços de uma agricultura camponesa que se perpetua ao longo das gerações. Baseado em diferentes autores, o autor apresenta três reflexões comuns sobre a agricultura familiar: a primeira, é a de que a agricultura familiar tem em si um projeto futuro de crescimento do patrimônio para a manutenção e a reprodução familiar. A segunda, de forma semelhante, a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas são vistos como elementos positivos com os quais a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução atuais e futuras. A terceira reflexão se refere à agricultura camponesa como sendo pequena, de poucos recursos e com restrições para potencializar suas forças produtivas; não sendo camponesa por ser pequena, não é a sua dimensão que determina sua natureza e sim variáveis como a gestão familiar da unidade de produção, a obtenção da renda em função da manutenção e a reprodução familiar com sistemas mais complexos de produção (PERONDI, 2007).

No que se refere à renda rural, diferenciações também podem ser feitas. Diversos autores estudaram a transferência de renda intersetorial no processo de industrialização brasileira. Em virtude desse fato, os produtores comerciais, de modo geral, tiveram acesso ao crédito rural subsidiado e, ao se capitalizarem, promoveram a modernização parcial da agropecuária brasileira. Os produtores familiares, por outro lado, foram penalizados, visto que foram alvo de maiores distorções pela política adotada, sofreram com as elevadas transferências de renda para fora do setor e tornaram-se descapitalizados e tecnologicamente atrasados.

Neste sentido, deve-se deixar clara a diferenciação entre o termo agricultor familiar e camponês. Segundo Lamarche (1993), a exploração camponesa é familiar, mas nem toda exploração familiar é camponesa. A

caracterização primordial do modelo camponês possui os seguintes critérios: a existência de inter-relação entre a organização da produção e as necessidades e consumo; o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável; e, por fim, os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca. Entretanto, o agricultor familiar contemporâneo se diferencia do camponês, especialmente nos efeitos causados pela abertura do mundo rural ao modo de vida moderno (CORREA e GERARDI, 2002).

Desse modo, o agricultor familiar atualmente encontra-se integrado ao mercado, se submetendo aos efeitos diretos e indiretos da reprodução do capital. Ainda que a produção permaneça familiar, as transformações tecnológicas relacionadas às mudanças de comportamento nas sociedades modernas refletem-se na composição interna das famílias que são menores, no que diz respeito ao trabalho no estabelecimento, e nas quais nem todos os membros estão envolvidos na produção. Quanto ao consumo, este também sofre redefinição, ou seja, o agricultor participa da sociedade moderna e, por isso, aspira à conquista dos diversos bens materiais e culturais disponíveis (BIANCHINI, 2010).

Complementarmente, caber ressaltarmos que a expansão do capitalismo também se exprime pela organização do espaço agrário, bem como, e principalmente, pela organização da produção agrícola e industrial, que doravante se articula numa interdependência sem igual, redefinindo as estruturas da divisão social e territorial do trabalho, do capital financeiro e do capital social, numa conjuntura cada vez mais antagônica, extraindo do trabalhador a mais-valia necessária. Aliada a isso, ainda se acentua a depreciação da matéria-prima em algumas áreas, reafirmando a dependência da agricultura em relação à produção industrial. Nesta ótica, compreender a agricultura familiar sob o modo capitalista de produção torna-se tarefa difícil e complicada.

## **O Pronaf, sua implantação e desenvolvimento**

Dentro do contexto relatado no item anterior, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 24 de agosto de 1995. Assim, a distinção entre agricultura familiar e não familiar se deu com a Lei n. 11.326, de 24/7/2006, que possibilitou a definição das diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (ALVES, 2006).

O Pronaf, de início, concentrou os recursos em algumas regiões e grupos de agricultores, que seriam aqueles mais consolidados e que possuíam um perfil voltado à modernização produtiva e tecnológica das

unidades familiares. Devido a este seu viés, recebeu várias críticas nesta primeira fase. Com isso, o programa se reestruturou no início dos anos 2000, diversificou suas linhas de financiamento, incluiu novas atividades produtivas, de serviços e de transformação da produção, que até então não eram financiadas. Também, propôs-se a partir de 2003 a estimular a produção de alimentos (Pronaf Alimentos), dentre outras iniciativas como menores taxas de juros e aumento dos valores dos recursos por grupos de beneficiários etc.

Apesar disso, pode-se afirmar que ele é um programa de crédito rural que está levando os agricultores familiares à especialização produtiva. Isto ocorre porque tanto as linhas do Crédito de Custeio como de Investimento visam estimular as atividades da agricultura familiar voltada aos mercados (atividades produtivas de grãos e commodities agrícolas) e ligar esta agricultura ao padrão de desenvolvimento hegemônico em voga. O apoio à produção de alimentos ocorre como se fosse uma consequência secundária do estímulo das atividades produtivas mercantis (MOTA e SCHMITZ, 2008).

Nesse sentido, a adoção do Pronaf baseou-se na ideia segundo a qual o enfrentamento da tendência universal de redução das margens de lucros da agricultura e a emergência do agribusiness deveriam ocorrer por uma combinação entre a eficiência produtiva e a produção em escala. Quanto aos pequenos produtores, suas perspectivas estariam condicionadas à integração a empresas especializadas no atendimento a mercados consumidores cada vez mais sofisticados. Em outras palavras, o pequeno empreendimento deveria dedicar-se à chamada agricultura de mercado.

Desta maneira, a competitividade dos pequenos produtores dependeria de sua capacidade de absorver tecnologias produtivas e organizacionais e as políticas de governo deveriam favorecer a produção eficiente. Essa eficiência, então, viria acompanhada do aumento do uso de novos insumos industrializados, de implementos agrícolas (máquinas e equipamentos em geral), e da utilização de créditos bancários. Ao ser atingida pelo processo de inserção do capital, a agricultura familiar também altera as suas relações, que passam agora a obedecer à lógica do modo de produção que engendra os novos processos, numa engenhosa e estratégica divisão social e territorial do trabalho (SILVA, 2006).

Nos últimos anos, entretanto, o Pronaf também tem buscado conciliar a inclusão de agricultores com a busca pelo desenvolvimento sustentável e por fortalecimento de cadeias locais. Essa tendência fica evidente ao propor formação de conselhos (estaduais e municipais) de desenvolvimento rural sustentável. Então, ao mesmo tempo em que se tem uma racionalidade única de produção, isto é, do capital, criam-se

outras racionalidades, sobretudo, por aqueles que se contrapõem à racionalidade do capital. Ao invés de se submeterem à força de trabalho, às explorações dos capitalistas, muitos produtores preferem lutar pela reconquista de suas origens camponesas.

### **A racionalidade do pronaf**

A racionalidade, sendo uma categoria ontológica, está presente em todos os setores da vida humana e adquiriu diversos e divergentes significados durante a história. Portanto, não se dá a conhecer em suas determinações filosóficas e em seu conteúdo ideológico sem que para isso seja compreendido os contextos sociopolíticos e culturais do surgimento dos sistemas teóricos que sustentaram um determinado entendimento sobre ela.

As transformações socioeconômicas e culturais ocorridas na Europa em decorrência do Iluminismo, da Reforma Religiosa, da Revolução Francesa e posteriormente da Revolução Industrial fizeram ruir as bases de um passado dominado por tradições, misticismo e pelo poder da religião. O progresso da ciência buscou instituir uma racionalidade que prega, como um dos fundamentos do Iluminismo, a emancipação humana, pelo saber empiricamente fundado e verificado (MELLO, 2008).

A partir daí, a ideologia racionalizadora passa a ser incorporada em todos os aspectos da vida humana e nas formas de organização social. Na virada do século XVIII, com a preocupação de explicar os processos sociais que gestavam uma nova ordem socioeconômica, política e cultural, ocorre a distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais, e a sociologia surge como uma ciência autônoma. Vários autores das ciências sociais adotam o paradigma da racionalidade formal como um dos fundamentos explicativos da sociedade. Assim, o paradigma da racionalidade funcionalista ajuda a formar, no imaginário coletivo da sociedade, a crença de que a noção de desenvolvimento está necessariamente associada à noção de técnicas e porque não dizer técnicas científicas postas a serviço da produção capitalista.

Entretanto, embora o paradigma da racionalidade funcionalista ainda seja hegemônico, ele não é o único modelo de racionalidade presente nas sociedades capitalistas, como também não é exclusividade destas, visto que em algumas sociedades onde instaurou-se o socialismo real, este modelo se fez presente, embora de forma eclética e adaptada.

Desse modo, podem ocorrer outras racionalidades, que permitam que desalienem e desmitifiquem a lógica capitalista. Compreendendo a agricultura familiar como um segmento que, embora perpassado pelo processo racionalizador da modernização agrícola, continua existindo,

então podemos entender que a racionalidade do agricultor está presente na forma como organiza sua unidade produtiva, e que essa racionalidade pode persistir nos contextos de predominância da sociedade urbano-industrial.

Neste sentido, a agricultura familiar se caracteriza por uma lógica específica, que confere aos agricultores um modo particular de pensar a sua existência e construir as suas representações sobre o mundo que o cerca e sobre as dificuldades encontradas em seu contexto. Essa lógica se faz presente na relação que o agricultor estabelece com a terra, em que esta assume os mais diversos significados, contudo, é concebida, por todos, como fonte geradora da vida (BEZERRA, 2009).

Há uma diferença entre a racionalidade capitalista urbano-industrial e a racionalidade desses agricultores: a primeira não limita a expansão da racionalidade visando, prioritariamente, ao lucro – que se transforma em um objetivo em si mesmo –, enquanto a segunda opera de acordo com uma lógica em que a racionalidade econômica – o lucro – está subordinada aos interesses de realização do agricultor nas suas várias dimensões, incluindo a reprodução de um patrimônio sociocultural familiar.

Estudos sobre a agricultura familiar, nos mais diversos contextos socioeconômicos, têm identificado certa especificidade, uma racionalidade substantiva distinta da racionalidade capitalista, na medida em que produzem visando atingir as necessidades da família, de construir um patrimônio familiar e não com interesse de acumular capital. Nesse sentido, a agricultura familiar, no seu modo peculiar de vida, propicia uma relação mais íntima com a natureza, com a comunidade local, resgatando valores há muito tempo perdidos pelos homens (PERONDI, 2007).

No que se refere ao Pronaf, a racionalidade dos produtores familiares se manifesta como ação social na experiência dos agricultores nos contextos locais, em suas estratégias de apropriação dos recursos do programa. Em que pese a sua racionalidade de origem capitalista, as estratégias de apropriação pelos agricultores familiares são entendidas a partir da sociologia da experiência e da reflexividade social, e o conceito de cidadania abrange a concepção clássica e a noção do desenvolvimento como expansão das liberdades (HILLIG, 2009).

Então, podem ser percebidas duas tendências de racionalidades na agricultura familiar. Uma funcionalista, de viés econômico, em que as estruturas determinantes do desenvolvimento rural estão assentadas nos caracteres mercadológicos. E outra, substantiva, de viés cultural, no qual a tradição, a preocupação ambiental e local e a oposição comunidade-



sociedade se sobressaem.

Como toda esfera do mundo social que passa por processos de racionalização, a agricultura familiar também apresenta regras e agentes que lhe são específicos. Um desdobramento desta nova condição do desenvolvimento rural é a tensão conflitiva atual que decorre de três disjunções relativas às instituições, às estruturas sociais e ao meio ambiente: a) do fato de que há uma sobreposição de configurações de agentes e interesses – alguns mais vinculados aos fatores presididos pelos aspectos ambientais, outros pelos aspectos econômicos, outros ainda pelos aspectos políticos ou culturais; b) de uma incoerência ou, no mínimo, de atritos entre instituições quanto ao entendimento sobre o uso do solo e do direito à exploração econômica das atividades primárias; c) de uma contradição entre as formas sociais de racionalização, que têm na mercantilização uma de suas mais extremas manifestações, e o uso social de recursos não diretamente mercantis, como a natureza (GRISA e GAZOLLA, 2010).

## **O desenvolvimento e o Pronaf**

A existência de novas racionalidades trouxe um significativo avanço nas concepções e propostas relacionadas ao desenvolvimento. A inserção de temáticas como sustentabilidade, ruralidade, territorialidade, pluriatividade, multifuncionalidade trazem a dimensão das novas atribuições que se espera respondidas pelos processos produtivos nos espaços rurais (PERONDI, 2007).

A atribuição de novos papéis na gestão de recursos naturais, na conservação da biodiversidade e paisagens naturais, e a contribuição na viabilidade socioeconômica das zonas rurais conduzem ao reconhecimento e à revalorização das estratégias endógenas do desenvolvimento, em que as características locais e territoriais dos processos produtivos passaram a ser relevantes como conceitos referenciais e operacionais para o desenvolvimento rural.

Entretanto, a estruturação capitalista imposta à agricultura em nível global transpõe as fronteiras das unidades produtivas e alcançam o espaço geográfico rural como um todo, promovendo uma ruralidade distinta e uma nova reestruturação da divisão do trabalho em que a mercantilização do espaço rural tem ocorrido (SCHNEIDER, 2008).

Apesar disso, nos últimos anos, esse padrão de desenvolvimento tem sido contestado e tem cedido espaço à parceria e à participação da sociedade. A dimensão ambiental e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais têm deixado de ser vista de forma secundária e como um argumento de minorias, passando a se constituir fator de competitividade

e elemento estimulador da ampliação do consumo, uma vantagem econômica comparativa e um pré-requisito para captação de créditos e acesso a fundos de investimento, especialmente os de fontes públicas.

Neste sentido, uma nova abordagem para o desenvolvimento rural, particularmente em países em desenvolvimento, tem se tornado importante. Uma abordagem que privilegia o que se denomina de estratégias de sobrevivência familiares e diversificação dos modos de vida rurais, mostrando que as iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida dessas populações e que ampliam suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades e territórios onde vivem.

Tais níveis múltiplos da nova abordagem do desenvolvimento rural estariam fundamentos em seis mudanças gerais, todas elas relacionadas aos limites e problemas decorrentes do modelo agrícola produtivista (assentado nos princípios da “revolução verde”), que estaria em fase de superação. Primeiramente, conforme Schneider (2004), o crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais que alimentos e matérias-primas. Segundo, uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, entre atividades agrícolas e não agrícolas, entre ecossistemas locais e regionais, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas. Terceiro, um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades, atribuindo-se um novo papel aos centros urbanos e à combinação de atividades multiocupacionais, como estímulo objetivo à pluriatividade. Quarto, um modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais, sejam eles os agricultores ou os novos usuários (proprietários de sítios de lazer, moradias secundárias, empresas, condomínios etc.). Quinto, um desenvolvimento rural que leve em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições, que não podem ser mais exclusivamente direcionados à agricultura. Sexto, e último, levar em consideração as múltiplas facetas ambientais, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos (SCHNEIDER, 2004).

Segundo Baccarin (2008), o desenvolvimento rural seria uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista. Em síntese, o desenvolvimento rural representaria uma possibilidade de ir além da modernização técnico-

produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais que buscam, através de seu esforço e disposições, incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução.

Assim, se tornam elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios (sobretudo através do estímulo aos setores de serviços e à pluriatividade), o estímulo ao empreendedorismo local e o empurrão que viria do Estado para formação de arranjos institucionais locais como os elementos-chave para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável do Brasil.

A competitividade do sistema agropecuário brasileiro fica patente no aumento de sua participação nas exportações mundiais. Contudo, ao mesmo tempo, cresceu o endividamento dos agricultores. O sucesso produtivo não se repetiu em termos sociais, com redução na ocupação agropecuária e manutenção de alta concentração da posse da terra, em detrimento da agricultura familiar (GAZOLLA, 2012).

Sendo assim, num contexto em que os valores e as ligações sociopolíticas e ambientais se tornam ferramentas estratégicas na dinâmica da construção social dos mercados, ao Pronaf devem se somar iniciativas socioambientais e não produtivistas. A situação atual tem feito com que a discussão sobre a importância da agricultura volte a ocupar um lugar destacado nas agendas dos países e dos organismos internacionais, em uma tentativa de revalorizar, além de sua função produtiva, também sua função como um elemento articulador fundamental de espaços locais e regionais no desenvolvimento rural do século XXI, transformando-se num componente essencial no abatimento da pobreza, ao ser articulado com as políticas sociais aplicadas pelos estados (SILVA *et al.*, 2010).

Nesse sentido, as políticas agrárias devem avaliar as questões relativas à infraestrutura básica, como saneamento, transporte e habitação, à educação, principalmente no que se refere à capacitação profissional e à assistência técnica, e à organização social e política dos territórios, como forma de expansão das liberdades dos agricultores familiares e consequente promoção da cidadania (HILLIG, 2009).

Evitando ser guiado apenas por uma racionalidade funcionalista, o poder público deve realizar investimentos no sentido de melhorar as condições de saúde e de vida dos agricultores e de suas famílias que, aliados aos investimentos educacionais, possibilitam maior acumulação de capital humano por parte dos agricultores e da sociedade.

De modo a minimizar a desarmonia entre a política de crédito e os demais componentes da política agrícola, é essencial a implementação de uma política fundiária e a melhoria da abrangência e da qualidade do serviço de assistência técnica. A mudança da condição fundiária da maioria dos beneficiários pode proporcionar mais estímulo para a realização de investimentos em tecnologia, aumentando a produtividade das atividades agropecuárias e, conseqüentemente, a renda dos produtores (DAMASCENO e LIMA, 2011).

Cotejando o formato atual do Pronaf com os seus propósitos iniciais, é possível afirmar que ele trilhou atalhos em sua evolução, o que fez com que, em alguns casos, não tenha conseguido atingir os objetivos do desenvolvimento rural estabelecidos em seu início, ou seja, apesar de seus objetivos pautados por uma racionalidade funcionalista, pautado pelo capital, o Pronaf, acabou assimilando outras racionalidades existentes na agricultura familiar.

Apesar disso, se o Pronaf é o principal mecanismo de estímulo à agricultura familiar, percebe-se que o programa ainda permanece muito aquém do objetivo de real fortalecimento desta, uma vez que ainda possui predominância de incentivo à produtividade e às supersafras, sem contestação dos processos produtivos vigentes no país (ABRAMOVAY *et al.*, 2008).

## Conclusões

Desde o surgimento do Pronaf, em 1996, o Programa se transformou e trouxe inquestionáveis efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro, tais como contribuir para melhorar as condições de produção, ampliar a oferta de alimentos e aumentar a produtividade de alguns produtos. Isto se reflete positivamente em alguns indicadores econômicos e produtivos rurais.

Entretanto, em face do que foi apresentado neste artigo, considera-se necessário que o Programa avance mais rapidamente em sua evolução política e em suas racionalidades, ajustando seus objetivos às reais necessidades da agricultura familiar em suas várias dimensões, como nas questões ambientais e territoriais, nas estratégias coletivas das famílias, no fomento às suas pequenas atividades econômicas e produtivas, nos incentivos à produção de alimentos (considerando o autoconsumo e as seguranças alimentar e nutricional), na incorporação de atividades rurais não agrícolas e no financiamento de empreendimentos que realmente fortaleçam a célula básica da agricultura praticada em pequena escala – a família.

Sendo assim, espera-se que, de algum modo, este trabalho possa contribuir com esse anseio que não é individual, mas que reflete a esperança de grande parte de agricultores familiares de ser entendida em sua forma particular de viver, de pensar e de interpretar o mundo que a cerca; em ser incluído na agenda das políticas públicas, não apenas como objeto de produção, mas como sujeito atuante em todo o processo de planejamento e priorização das necessidades mais prementes, como na gestão do seu próprio desenvolvimento.

## **Referências bibliográficas**

- ABRAMOVAY, R. R., MAGALHÃES, M. e SCHRÖDER, N. Social Movements Beyond the Iron Cage: Weak Ties in Territorial Development. *World Development*, v. 36, 2008, p. 2906-2920.
- ALVES, E., SOUZA, G. D. S. e OLIVEIRA, C. A. V. D. Desempenho de estabelecimentos do Pronaf. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, ano 15, n. 4, out./dez., 2006, p. 5-23.
- BACCARIN, J. G. Velhos e novos ingredientes da questão alimentar no Brasil. *Revista de Administração e Gestão*, v. 2, 2008, p. 63.
- BEZERRA, J. E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. *Revista NERA*, v. 12, 2009, p. 112.
- BIANCHINI, V. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e a Sustentabilidade da Agricultura no Vale do Ribeira - Paraná. *Tese de Doutorado*. Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2010, 189p.
- CASARI, L. R. S. Estrutura produtiva e produção familiar: um estudo de caso no município de Fernandópolis-SP. Dissertação. Faculdade de Ciências de Presidente Prudente, 2006, 125p.
- CORREA, W.K. e GERARDI, L. H. O. A Produção Familiar e os Desafios do Mercado. *Revista de Ciências Humanas*, Ed. UFSC, Florianópolis, n. 31, 2002, p. 12-15.
- SILVA, J. G., GOMEZ, S. E. e CASTANEDA, R. S. Latin America's agricultural "boon" and persistence of rural poverty: some reflections. *Revista Nera*, v. 13, 2010, p. 7.
- DAMASCENO, N. P. A. S. e LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no estado do Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 49, 2011, p. 129-156.

- GAZOLLA, M. What "strengthening" of the family farm?: An analysis of Pronaf credit costs and investment in Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, 2012, p. 45-68.
- GRISA, C. M. e GAZOLLA, M. A. "Produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Revista Agroalimentária*, v. 16, 2010, p. 65.
- HILLIG, C. A cidadania e a racionalidade técnico-burocrática nas estratégias de apropriação do Pronaf pelos agricultores familiares. *Revista Agroalimentaria*, v. 13, 2009, p. 85.
- LAMARCHE, H. *Agricultura familiar*. Volume I. Campinas: Unicamp, 1993, 280p.
- LIZANDRA, P. *Sindicalismo rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão*. Dissertação. Universidade Estadual de Londrina; Centro de Ciências Exatas; Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2006, 215p.
- MELLO, N.A. E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável. *Revista Nera*, v. 11, 2008, p. 68.
- MOTA, D. M. D. e SCHMITZ, H. Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política? *Fragments de cultura*, Goiânia, v. 18, n. 56, 2008, p. 435-446.
- PERONDI, M.A. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. *Revista Nera*, v. 09, 2007, p. 89.
- SILVA, F. F. *Distribuição de crédito para a agricultura familiar: um estudo do Pronaf a partir de um indicador de desenvolvimento rural*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia. UFU, 2006, 189p.
- SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: *Alfater 2008 - IV Congresso Internacional de La Red SIAL de Alimentación, Agricultura Familiar y Territorio*, 2008, p. 57.
- \_\_\_\_\_. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, 2004, p. 88-125.
- VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, 43, set./dez., 2001, p. 101-119.
- WANDERLEY, M. N. Raízes Históricas do Campesinato. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais: 1996.
- ZAAR, M. H. Las políticas públicas brasileñas y la agricultura familiar: Quince años del Programa Nacional de Fortalecimiento da Agricultura Familiar (Pronaf). *Scripta Nova*, v. 15, 2011, p. 17-23.

LOPES, Patrick Fernandes, João Marcos Caixeta Franco, Luiz Gonzaga de Castro Júnior, Antônio Carlos dos Santos e Mônica Carvalho Alves Cappelle. O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 70-84, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar*). Com este artigo, efetua-se uma análise sobre as origens do Programa de Agricultura Familiar (Pronaf) do Brasil e as racionalidades existentes no conceito de agricultura familiar, que podem ser de tendência funcionalista ou substantiva. Além disso, faz-se uma revisão sobre os conceitos de agricultura familiar e suas evoluções. Nesse sentido, desenvolve-se uma pesquisa sobre qual é a racionalidade do conceito de desenvolvimento existente no Pronaf. O artigo mostra que, apesar da origem e dos objetivos iniciais do Programa terem forte influência de uma racionalidade funcionalista, pautada pelos objetivos do capital, há também outras racionalidades na relação entre os agricultores familiares e o Pronaf, bem como no conceito de agricultura familiar.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, Pronaf, racionalidades.

**Abstract:** (*Pronaf and the rationalities of family farming*). This article analyzes the origins of the Family Farming Program (Pronaf) of Brazil and the rationalities existing within the concept of family farming, which may be of either a functionalist or substantive perspective. Moreover, the article reviews the concepts of family farming and their evolution. In this sense, the research is concerned with the rationality of the development concept that exists within Pronaf. The article shows that despite the origin and initial objectives of the program having a strong influence of functionalist rationality, guided by the objectives of capital, there are also other rationales at play in the relationship between family farmers and Pronaf and the concept of family farming.

**Keywords:** family farming, Pronaf, rationalities.

Recebido em janeiro de 2016.

Aceito em abril de 2016.